

# Inove

CONSULTORIA ATUARIAL  
& PREVIDENCIÁRIA



## SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório tem por finalidade apresentar os resultados da avaliação atuarial dos planos de benefícios previdenciários administrados pelo {{nm\_rpps}}{{uf}} – {{sigla}}, na data-base de {{dt\_focal}}, conforme disposto no art. 3º da Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018.

São assegurados pelo {{sigla}} os benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e compulsória, aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial do professor e pensão por morte. Desta forma, em {{dt\_focal}}, data que foi gerada a base cadastral para este estudo, o {{sigla}} possuía um contingente de {{qtda\_ativos}} segurados em atividade, {{qtda\_apos}} aposentados e {{qtda\_pens}} pensionistas.

Ressalte-se que, na data focal desta Reavaliação, os servidores ativos e o município contribuíam para o custeio dos benefícios com uma alíquota de 14,00% e 22,59%, respectivamente, sendo a contribuição patronal segmentada em 18,16% para o Custo Normal e 4,43% para o Custo Suplementar. Ainda, os servidores aposentados e pensionistas contribuíam com uma alíquota de 14,00%, incidente apenas sobre a parcela dos proventos e pensões que excederem o teto do RGPS.

Considerando o plano de custeio vigente, as Provisões Matemáticas do {{sigla}} perfaziam, na data-base desta Reavaliação Atuarial, o montante de R\$ 33.439.455,13. Sendo o patrimônio para cobertura das obrigações desse passivo atuarial no montante de R\$ 27.067.059,44 atestamos que tal fundo apresentou um Déficit Atuarial igual a R\$ 6.372.395,69. Ainda, sobre a situação financeira do {{sigla}}, na data-base desta Reavaliação Atuarial verifica-se que o resultado financeiro positivo representa 18,51% da folha de remuneração de contribuição dos servidores ativos.

Ante todo o exposto, conclui-se que a situação econômica-atuarial do Plano de Benefícios do {{sigla}}, em {{dt\_focal}}, apresenta-se de forma desequilibrada no seu aspecto atuarial, conforme comprova a existência do Déficit Técnico Atuarial. No entanto, recomenda-se manter as alíquotas de Custo Normal e alterar a forma de amortização do déficit atuarial para aportes periódicos.

## Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	4
2.	BASE NORMATIVA.....	5
2.1	NORMAS GERAIS .....	5
2.2	NORMAS DO ENTE FEDERATIVO	6
3.	PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE	7
3.1	DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	7
3.2	CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE ..	8
4.	REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO	9
1.1	DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS	9
1.2	DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO UTILIZADOS	10
1.3	RESUMO DOS REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS POR BENEFÍCIO	11
5.	HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS	12

# 1. INTRODUÇÃO

Este presente Relatório tem como objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Instituto de Previdência Social, posicionada em 31 de dezembro de 2017, data focal para o cálculo do valor atual dos compromissos futuros do plano de benefícios, bem como da apuração das contribuições necessárias dos servidores e do Ente Federativo, as provisões técnicas, o passivo atuarial, as projeções atuariais de despesas e receitas previdenciárias e as estatísticas referentes aos servidores do município.

Em relação ao aspecto legal, a Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, determina que os RPPS têm a obrigação de se basearem em normas gerais de contabilidade e atuária, de maneira a garantir e perenizar o Equilíbrio Financeiro e Atuarial (EFA) do sistema. Assim como, Emenda Constitucional nº 20/1998, a Emenda Constitucional nº 41/2003 e a Emenda Constitucional nº 47/2005, dentre outros ordenamentos jurídicos, que trouxeram grandes mudanças para os sistemas próprios de previdência social, exigindo organização e constante busca de equilíbrio, solvência e liquidez.

Ainda, a Portaria MF nº 464, de 19 de novembro de 2018, institui novas normas aplicáveis às avaliações atuariais dos RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial, bem como a definição de parâmetros para a segregação de massa.

Com o intuito de atuar junto ao Instituto de Previdência Municipal de Pirpirituba - IPAM, no desenvolvimento de ações que objetivem a completa estruturação do sistema previdenciário de seus servidores, adequando-o às novas determinações legais e buscando um modelo otimizado de gestão que permita um total controle do fluxo de despesas previdenciárias, a **INOVE Consultoria Atuarial** foi contratada para a realização da Avaliação Atuarial do exercício de 2020.

Este trabalho contém a análise atuarial necessária para a quantificação das obrigações previdenciárias do plano de benefícios do Governo Municipal de Pirpirituba, verificando sua estabilidade atual e propondo alternativas de custeio que prestigiem o equilíbrio e a perenidade do sistema, por meio de:

- a) levantamento do perfil estatístico do grupo de participantes do plano de modo a identificar quais os fatores que mais influenciaram no custo previdenciário;
- b) levantamento do custo previdenciário e Provisões Matemáticas necessárias à cobertura dos benefícios previstos no regulamento do plano;
- c) comparação entre os ativos financeiros do plano e o passivo atuarial;
- d) indicação de formas de amortização do déficit técnico atuarial, caso exista;
- e) projeções atuariais de receitas e despesas previdenciárias para um planejamento estratégico com objetivo de manutenção do Equilíbrio Financeiro e Atuarial (EFA) no longo prazo.

## 2. BASE NORMATIVA

A legislação utilizada na elaboração da avaliação atuarial, de que trata o art. 4º da Portaria MF nº 000, de 2018, deverá ser descrita na base normativa do Relatório da Avaliação Atuarial, separada em normas gerais de âmbito nacional e normas locais do ente federativo.

A avaliação atuarial deverá embasar-se nas normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e na legislação do ente federativo vigentes em 31 de dezembro, mas em caso de legislação publicada até a data de sua realização e ainda não aplicável, o Relatório da Avaliação Atuarial deverá demonstrar os seus impactos para o RPPS e para os resultados apontados.

### 2.1 NORMAS GERAIS

O trabalho da reavaliação atuarial foi embasado no artigo 40 da Constituição Federal e demais leis infraconstitucionais, Resoluções, Orientações Normativas e Portarias do MF aplicáveis ao assunto, em especial àquelas relacionadas a seguir:



Constituição Federal (alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais nos 20/1998, 41/2003, 47/2005 e 103/2019) - Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.



Lei nº 9.717, publicada em 28/11/1998 - Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.



Lei nº 10.887, publicada em 21/06/2004 - Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nos 9.717/1998, 8.213/1991, 9.532/1997, e dá outras providências.








Lei Complementar nº 152, publicada em 03/12/2015 - Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.






Portaria MPS nº 204, publicada em 11/07/2008 - Dispõe sobre a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP e dá outras providências.



Portaria MPS nº 402, publicada em 11/12/2008 - Disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento das Leis nº 9.717/ 1998 e nº 10.887/ 2004.

-  Portaria MPS nº 746, de 27 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre cobertura de déficit atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS por aporte.
-  Portaria MF nº 464, publicada em 19/11/2018 e respectivas Instruções Normativas – Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social – RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e estabelece parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial. – Regras obrigatórias para Avaliações Atuariais do exercício 2020.
-  Portaria nº 9, 15/01/2019 – Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social – RPS.
-  Portaria nº 17, publicada em 20/05/2019 – Divulga a taxa de juros parâmetro a ser utilizada nas avaliações atuariais dos regimes próprios de previdência social relativas ao exercício de 2020, posicionadas em 31 de dezembro de 2019.
-  Portaria nº 1.348, publicada em 03/12/2019 – Dispõe sobre parâmetros e prazos para atendimento das disposições do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, para Estados, Distrito Federal e Municípios comprovarem a adequação de seus Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. (Processo nº 10133.101237/2019-73).

## 2.2 NORMAS DO ENTE FEDERATIVO

-  Portaria nº 1.348, publicada em 03/12/2019 – Dispõe sobre parâmetros e prazos para atendimento das disposições do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, para Estados, Distrito Federal e Municípios comprovarem a adequação de seus Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. (Processo nº 10133.101237/2019-73).
-  Portaria nº 1.348, publicada em 03/12/2019 – Dispõe sobre parâmetros e prazos para atendimento das disposições do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, para Estados, Distrito Federal e Municípios comprovarem a adequação de seus Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. (Processo nº 10133.101237/2019-73).
-  Portaria nº 1.348, publicada em 03/12/2019 – Dispõe sobre parâmetros e prazos para atendimento das disposições do artigo 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, para Estados, Distrito Federal e Municípios comprovarem a adequação de seus Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. (Processo nº 10133.101237/2019-73).



### 3. PLANO DE BENEFÍCIOS E CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

#### 3.1 DESCRIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS

Atualmente o Instituto de Previdência Social possui um plano de benefícios, sendo seus benefícios, plano de custeio e massa de segurados descritos a seguir. Case ressaltar que, à cobertura do sistema previdenciário (elenco de benefícios), o artigo 23 da Portaria MPS nº 402/2008, estabelece que, salvo disposição em contrário na Constituição Federal, o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS não poderá conceder benefícios distintos dos previstos no RGPS – Regime Geral de Previdência Social. A seguir o plano de benefícios do Instituto de Previdência Social.



1. Aposentadoria por Idade (AID);
2. Aposentadoria Especial para - Professor - Educação Infantil e Ensino Fund. e Médio (AESP-P);
3. Aposentadoria Especial para Atividades Prejudiciais à Saúde ou Integridade Física (AESP-AR)
4. Aposentadoria por Tempo de Contribuição (ATC);
5. Aposentadoria Compulsória (ACOM);
6. Aposentadoria por Invalidez (AIN);



1. Pensão por Morte (PM);
2. Auxílio Reclusão (AR).



## **3.2 CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE**



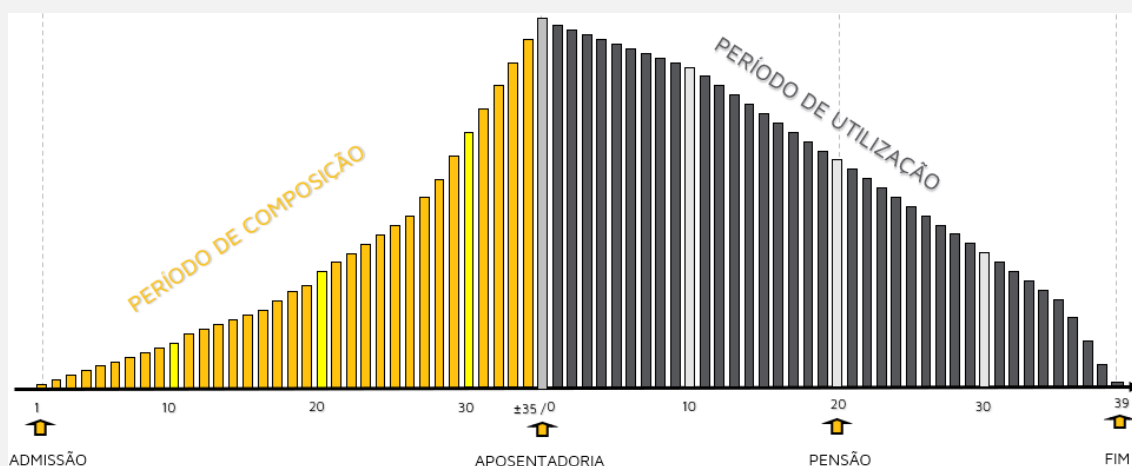
## 4. REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

### 1.1 DESCRIÇÃO DOS REGIMES FINANCEIROS UTILIZADOS

#### Regime Financeiro de Capitalização

O Regime Financeiro de Capitalização (Full Funding) possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e pelo Município, juntamente com os rendimentos oriundos da aplicação dos ativos financeiros, são incorporados às Provisões Matemáticas, que deverão ser suficientes para manter o compromisso total do Regime Próprio de Previdência Social para com os participantes sem que seja necessária a utilização de outros recursos, considerando que as premissas estabelecidas para o Plano Previdenciário se verificarão.

Conforme o § 1º do artigo 12 da Portaria MF nº 464/2018, o Regime Financeiro de Capitalização será utilizado como o mínimo aplicável para cálculo das aposentadorias programadas e pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias.

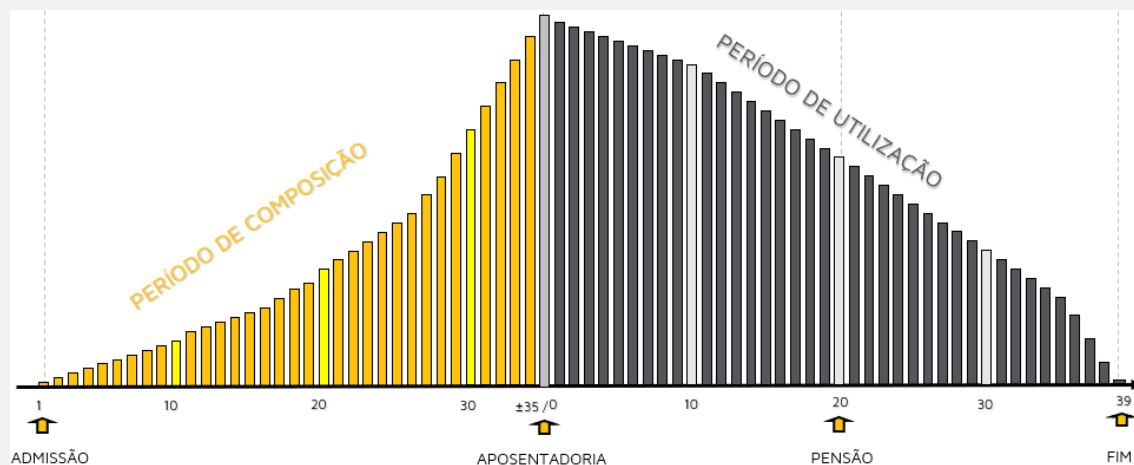


#### Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura

O Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura (Terminal Funding) possui uma estrutura técnica de forma que as contribuições pagas por todos os servidores e pelo Município, em um determinado período, deverão ser suficientes para constituir integralmente as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos decorrente dos benefícios gerados nesse mesmo período.

Conforme o § 2º do artigo 12 da Portaria MF nº 464/2018, o Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura será utilizado como o mínimo aplicável para cálculo dos benefícios não programáveis de aposentadorias por invalidez, pensões por morte delas decorrentes, bem como pensão por morte de segurados ativos.

Há formação de provisões apenas quando do fato gerador do benefício, sendo, provisão para benefícios concedidos.



## 1.2 DESCRIÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO UTILIZADOS

foi apurado utilizando os seguintes regimes financeiros e métodos de financiamento considerando o seguinte modelo de financiamento, demonstrado a seguir, por benefício:

[illegible]

## 5. HIPÓTESES ATUARIAIS E PREMISSAS

### 5.1 TÁBUAS BIOMÉTRICAS

As Tábuas Biométricas são tabelas estatísticas que determinam para cada idade, a probabilidade da ocorrência de algum evento, a saber: morte, sobrevivência, entrada em invalidez, morte de inválido ou rotatividade (turnover). A tabela abaixo apresenta as Tábuas Biométricas utilizadas neste cálculo atuarial:

Evento Gerador	Tábua	
Mortalidade Geral	IBGE - 2019 Feminino	IBGE - 2019 Masculino
Sobrevivência	IBGE - 2019 Feminino	IBGE - 2019 Masculino
Entrada em Invalidez	IBGE - 2019 Feminino	IBGE - 2019 Masculino
Mortalidade de Inválidos	IBGE - 2019 Feminino	IBGE - 2019 Masculino

### 5.2 ALTERAÇÕES FUTURAS NO PERFIL E COMPOSIÇÃO DAS MASSAS

### 5.3 ESTIMATIVAS DE REMUNERAÇÕES E PROVENTOS

### 5.4 TAXA DE JUROS ATUARIAL

### 5.5 ENTRADA EM ALGUM REGIME PREVIDENCIÁRIO E EM APOSENTADORIA

### 5.6 COMPOSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

### 5.7 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

### 5.8 DEMAIS PREMISSAS E HIPÓTESES

ANÁLISE DA BASE DE DADOS CADASTRAL

RESULTADO ATUARIAL

CUSTOS E PLANO DE CUSTEIO

EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

CUSTEIO ADMINISTRATIVO

COMPARATIVO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS

PARECER ATUARIAL